



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco – 26ª Vara Federal
Subseção Judiciária de Palmares - PE

NºInsc:	Candidata:	Ident.:
---------	------------	---------

Seleção para Estágio Remunerado - Curso de Bacharel em Direito
Prova Objetiva

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Verifique se seu nome e identidade estão impressos na parte superior desta prova e se este caderno contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, comunicando qualquer alteração ao fiscal da sala, antes do início da prova. Não serão aceitas reclamações posteriores após o início da prova.
2. Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de celulares ou qualquer outro equipamento eletrônico durante a realização da prova.
3. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e assinalar a alternativa que responda ao enunciado da questão. LEMBRE-SE: para cada questão existe apenas UMA alternativa que responde corretamente ao seu enunciado.
4. A resposta escolhida deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1-(FCC-2011) Aos Juízes é vedado o exercício da advocacia no

- a) Tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por exoneração.
- b) Juízo do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por exoneração.
- c) Tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dez anos do afastamento do cargo por exoneração.
- d) Juízo do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria.
- e) Tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria.

2-(FCC-2011) De acordo com a Constituição Federal brasileira, elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário, é competência

- a) dos Tribunais de Justiça locais.
- b) do Supremo Tribunal Federal.
- c) do Superior Tribunal de Justiça.
- d) do Conselho Nacional de Justiça.

- e) do Presidente da República através do Procurador Geral.

3-(FCC-2001) Aos Juízes é permitido

- a) exercer uma função de magistério.
- b) acumular um cargo ou função, de qualquer natureza.
- c) dedicar-se à atividade político-partidária, mas estão impedidos de ocupar cargo eletivo.
- d) receber custas, nos casos previstos em lei.
- e) perceber, a título de incentivo à produção, participação em processo.

4-(FCC-2007) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no

- a) máximo, quinze juízes, empossados pelo Presidente da República, dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- b) mínimo, sete juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- c) máximo, onze juízes, nomeado s e empossados pelo Presidente do respectivo Tribunal, dentre brasileiros natos ou naturalizados com mais de trinta e menos de setenta anos de idade.
- d) mínimo, nove juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros

com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.

- e) máximo, treze juízes, empossados pelo Presidente da República, dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.

5-(FCC-2012) A prática de ato por autoridade pública que ofenda direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, dá ensejo à utilização de medida judicial prevista no capítulo de direitos e garantias individuais da Constituição Federal, qual seja

- a) ação popular.
- b) ação civil pública.
- c) mandado de injunção.
- d) medida cautelar.
- e) mandado de segurança.

6-(FCC- 2012) Alberto, reconhecidamente pobre na forma da lei, necessita obter a sua certidão de nascimento e a certidão de óbito do seu pai, Ataulfo, que acabara de falecer. Segundo a Constituição Federal, o Cartório de Registro Civil competente deverá fornecer, em regra,

- a) onerosamente o registro civil de nascimento de Alberto e gratuitamente a certidão de óbito de Ataulfo, mediante o pagamento de vinte reais para cada certidão.
- b) gratuitamente o registro civil de nascimento de Alberto e onerosamente a certidão de óbito de Ataulfo.
- c) gratuitamente as certidões de registro civil de nascimento de Alberto e de óbito de Ataulfo.
- d) as certidões de nascimento e óbito mediante o pagamento de taxa simbólica de cinco reais para cada certidão.
- e) as certidões de nascimento e óbito mediante o pagamento de taxa simbólica de dois reais para cada certidão.

7-(FCC- 2010) No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, é correto afirmar que

- a) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de serem atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

- b) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- c) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento.
- d) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, independentemente do desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- e) a prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

8-(FCC-2011) O Ministério Público da União tem por chefe o

- a) Procurador-Geral da República, cuja destituição é de iniciativa do Presidente da República.
- b) Advogado-Geral da União, nomeado pela Câmara dos Deputados.
- c) Procurador-Geral da República, nomeado pelo Senado Federal.
- d) Ministro da Justiça, nomeado pelo Presidente da República.
- e) Ministro da Justiça, cuja destituição é de iniciativa do Senado Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

9-(FCC-2013) A respeito dos atos administrativos, é correto afirmar que

- a) o mérito do ato administrativo corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos discricionários.
- b) os atos vinculados comportam juízo de conveniência e oportunidade pela Administração, que pode revogá-los a qualquer tempo.
- c) os atos discricionários não são passíveis de revogação pela Administração, salvo por vício de legalidade.
- d) a discricionariedade corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos vinculados.

- e) os atos vinculados são passíveis de anulação pela Administração, de acordo com juízo de conveniência e oportunidade.

10-(FCC-2013) A respeito de atributo dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- a) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- b) Presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei, presumindo-se, até prova em contrário, que o ato foi emitido com observância da lei.
- c) O atributo da executoriedade permite à Administração o emprego de meios de coerção para fazer cumprir o ato administrativo.
- d) A tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras previamente definidas pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- e) A presunção de veracidade é o atributo pelo qual o ato administrativo não pode ser objeto de anulação pelo Poder Judiciário, salvo aqueles considerados discricionários.

11-(FCC-2012) A Administração Pública pretende extinguir ato administrativo que contém vício de legalidade. Nesse caso, a Administração

- a) deverá utilizar-se do instituto da revogação dos atos administrativos, de modo a retirá-lo do mundo jurídico.
- b) deverá socorrer-se do Poder Judiciário para extinguir o ato administrativo.
- c) extinguirá o ato administrativo, com efeitos, em regra, *ex nunc*.
- d) deverá, obrigatoriamente, em qualquer hipótese de vício de legalidade, manter o ato administrativo, corrigindo-se o vício existente.
- e) anulará o ato administrativo.

12-(FCC-2010) Os contratos administrativos típicos diferenciam-se dos contratos privados, dentre outras características, pela

- a) finalidade pública como seu pressuposto.
- b) presença de pessoas jurídicas como contratantes.

- c) natureza do objeto.
- d) imposição de cláusulas exorbitantes.
- e) presença do Poder Público como parte contratante.

13-(FCC - 2014) Carlos Eduardo, servidor público estadual e chefe de determinada repartição pública, adoeceu e, em razão de tal fato, ficou impossibilitado de comparecer ao serviço público. No entanto, justamente no dia em que o mencionado servidor faltou ao serviço, fazia-se necessária a prática de importante ato administrativo. Em razão do episódio, Joaquim, servidor público subordinado de Carlos Eduardo, praticou o ato, vez que a lei autorizava a delegação. O fato narrado corresponde a típico exemplo do poder

- a) disciplinar.
- b) de polícia.
- c) regulamentar.
- d) hierárquico.
- e) normativo-disjuntivo.

14-(FCC-2014) A prática de ato de improbidade suscita determinadas consequências desfavoráveis aos envolvidos, ainda que não sejam servidores públicos em sentido estrito. As sanções previstas na Lei de Improbidade convivem com a possibilidade de tramitação de processos e apenamento nas esferas civil, administrativa e penal. Quando resta evidenciado o enriquecimento ilícito, a Lei de Improbidade

- a) abranda seus efeitos, exigindo prévia condenação criminal que tenha analisado os fatos objeto da conduta ímproba.
- b) é mais rigorosa para o enquadramento do acusado no conceito de agente público constante da lei, exigindo, seja ele, ocupante de cargo ou emprego públicos.
- c) permite que a autoridade administrativa apresente representação ao Ministério Público para solicitar as medidas necessárias à indisponibilidade dos bens do indiciado.

- d) abranda o conceito de agente público, para somente assim considerar aqueles que tenham praticado conduta dolosa e gerado prejuízo ao erário.
- e) é mais branda que nas hipóteses de lesão ao erário, pois exclui do alcance das disposições legais os sucessores do agente público.

15-(FCC - 2010) A regra prevista na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) segundo a qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, traduz o princípio da

- a) legalidade.
- b) vinculação ao instrumento convocatório.
- c) impessoalidade.
- d) moralidade.
- e) igualdade.

16-(FCC - 2010) Na execução dos contratos, o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes

- a) apenas de dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- b) de sua culpa ou dolo na execução do contrato, excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- c) de sua culpa ou dolo na execução do contrato, reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- d) de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- e) apenas de dolo na execução do contrato, reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17-(FCC - 2012) Em relação à competência, é correto afirmar que

- a) a ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante.
- b) a ação em que se pedem alimentos deve ser proposta no foro do alimentante.
- c) se houver dois ou mais réus, com domicílios diferentes, a demanda será proposta no foro do réu de maior idade.
- d) nas ações de reparação de dano sofrido por acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do réu, com exclusão de qualquer outro.
- e) em qualquer processo, se o juiz considerar-se absolutamente incompetente, deverá extingui-lo, de ofício ou após provocação da parte.

18-(FCC - 2013) No tocante aos deveres das partes e de seus procuradores:

- a) a parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado, defeso a este postular em causa própria.
- b) a procuração geral para o foro habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, sem exceção, se conferida por instrumento público.
- c) reputa-se litigante de má-fé quem interpuser recurso com intuito manifesto de reformar a sentença que lhe é contrária.
- d) é defeso às partes e seus advogados empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao juiz, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.
- e) a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios, salvo, quanto aos honorários, se o advogado era a parte vencedora, funcionando em causa própria.

19-(FCC - 2012) Sobre honorários advocatícios sucumbenciais, é correto afirmar::

- a) Os honorários não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

- b) Os honorários advocatícios, que não foram fixados em sentença transitada em julgado, podem ser cobrados em ação autônoma.
- c) O advogado é parte legítima para cobrar honorários advocatícios, por meio de execução, ainda que não fixados em sentença.
- d) A fixação de honorários advocatícios em salários – mínimos é admissível.
- e) Pedido expresso para condenação do réu em honorários é indispensável.

20-(FCC - 2012) Compete ao juiz em sua atuação no processo civil:

- a) intervir somente nas causas em que há interesse de incapazes.
- b) assegurar às partes igualdade de tratamento, velar pela rápida solução do litígio e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça.
- c) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e demais atos que pertencem ao seu ofício.
- d) ter, sob sua guarda e responsabilidade, os autos, não permitindo como regra que saiam de cartório.
- e) fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias de seu ofício.

21-(FCC - 2007) O Juizado Especial Federal visa à obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais. Tal objetivo diz respeito ao princípio

- a) da legalidade.
- b) da oralidade.
- c) da economia processual.
- d) do contraditório.
- e) da impessoalidade

22-(FCC - 2012) No que concerne às partes e aos procuradores, é correto afirmar:

- a) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.

- b) O cônjuge não necessita do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- c) Responde por perdas e danos aquele que pleitear de má-fé como autor, réu ou interveniente.
- d) O juiz dará curador especial ao réu que, pessoalmente citado, tornar-se revel.
- e) A sentença, proferida entre as partes originárias, não estende os seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário.

23-(FCC - 2012) O juiz

- a) apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes.
- b) só poderá tentar conciliar as partes na audiência de conciliação especialmente designada para esse fim.
- c) poderá decidir a lide fora dos limites em que foi proposta, conhecendo de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
- d) não poderá ordenar a produção de provas necessárias à instrução do processo sem expresso requerimento das partes.
- e) poderá deixar de sentenciar alegando lacuna ou obscuridade da lei.

24-(FCC - 2012) NÃO se inclui dentre os auxiliares da justiça o

- a) perito.
- b) intérprete.
- c) administrador.
- d) oficial de justiça.
- e) advogado.

DIREITO CIVIL

25-(FCC - 2011) De acordo com o Código Civil brasileiro, os partidos políticos, as organizações religiosas e as associações são pessoas jurídicas de direito

- a) público.
- b) privado.

- c) público, privado e privado, respectivamente.
- d) público, público e privado, respectivamente.
- e) privado, privado e público, respectivamente.

26-(FCC - 2012) Rosa Vermelha, menor município do Estado das Flores, possui uma Igreja na praça central, duas autarquias municipais, dois partidos políticos e uma associação privada beneficente que protege as crianças carentes da cidade. De acordo com o Código Civil brasileiro, são pessoas jurídicas de direito público interno APENAS

- a) o município Rosa Vermelha e as autarquias municipais.
- b) o município Rosa Vermelha, as autarquias municipais e os partidos políticos.
- c) o município Rosa Vermelha, as autarquias municipais e a Igreja.
- d) o município Rosa Vermelha, as autarquias municipais, a Igreja e a associação beneficente.
- e) os partidos políticos, a Igreja e a associação beneficente.

27-(FCC - 2011) A respeito das pessoas jurídicas, considere:

- I. A União.
- II. Os Estados.
- III. O Distrito Federal.
- IV. Os Municípios.
- V. As Autarquias.
- VI. Os Partidos Políticos.
- VII. As Sociedades

São pessoas jurídicas de direito público interno as indicadas APENAS em

- a) I, II, III, IV e V.
- b) II, III, IV e V.
- c) II, III, VI e VII.
- d) I, II, III, IV e VI.
- e) IV, V, VI e VII.

28-(FCC - 2012) No Município AMOR existem duas instituições religiosas: igreja "HARMONIA" e paróquia

"SANTA LUZIA". Há, também, uma fundação privada denominada "MÃES DA LUZ", que recebe ajuda das duas instituições religiosas referidas e da autarquia federal "SAÚDE". De acordo com o Código Civil brasileiro, no caso hipotético apresentado, são pessoas jurídicas de Direito Público Interno

- a) a autarquia federal SAÚDE, a igreja HARMONIA e a paróquia SANTA LUZIA.
- b) o Município AMOR, a autarquia federal SAÚDE, a igreja HARMONIA e a paróquia SANTA LUZIA.
- c) o Município AMOR, a igreja HARMONIA, a paróquia SANTA LUZIA e a fundação MÃES DA LUZ.
- d) o Município AMOR, a autarquia federal SAÚDE e a paróquia SANTA LUZIA, apenas.
- e) o Município AMOR e a autarquia federal SAÚDE, apenas.

29-(FCC - 2014) -Ricardo, terceiro não interessado, pagou dívida de seu amigo Cleiton, em seu próprio nome, antes do vencimen- to. Nesta hipótese, Ricardo.

- a) não poderá reembolsar-se do que pagar uma vez que não possuía interesse no pagamento da dívida sendo considerada pela legislação mero ato de liberalidade.
- b) poderá reembolsar-se do que pagar logo após o pagamento e independentemente do vencimento.
- c) poderá reembolsar-se do que pagar apenas no vencimento e também se sub-roga nos direitos do credor.
- d) poderá reembolsar-se do que pagar apenas no vencimento, porém não se sub-roga nos direitos do credor.
- e) apenas subroga-se nos direitos do credor logo após o pagamento.

30-(FCC - 2013) Sobre as associações, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar:.

- a) Compete privativamente à assembleia geral especialmente convocada alterar o estatuto de uma associação, cujo quórum para aprovação será sempre de, no mínimo, dois terços dos associados.

b) Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquele não importará, de per si, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.

c) A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a um sexto dos associados o direito de promovê-la.

d) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocos..

e) O estatuto da associação não será nulo se não contiver a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas, que será decidida em assembleia geral especialmente convocada para este fim.

DIREITO PENAL

31-(FCC - 2014) Paulo, sabendo que seu desafeto Pedro não sabia nadar e desejando matá-lo, jogou-o nas águas, durante a travessia de um braço de mar. Todavia, ficou com pena da vítima, mergulhou e a retirou, antes que se afogasse. Nesse caso, ocorreu

- a) crime putativo.
- b) crime impossível.
- c) desistência voluntária.
- d) arrependimento eficaz.
- e) crime tentado.

32-(FCC - 2010) Se o agente, para a prática de estelionato, utiliza-se de documento falsificado de forma grosseira, inidôneo para iludir a vítima, caracteriza-se

- a) crime impossível.
- b) crime provocado.
- c) erro sobre elementos do tipo.
- d) crime putativo.
- e) tentativa de crime.

33-(FCC - 2009) No tocante à culpa, considere:

I. Conduta arriscada, caracterizada pela

intempestividade, precipitação, insensatez ou imoderação.

II. Falta de capacidade, despreparo ou insuficiência de conhecimentos técnicos para o exercício de arte, profissão ou ofício.

III. Displícência, falta de precaução, indiferença do agente, que, podendo adotar as cautelas necessárias, não o faz. As situações descritas caracterizam, respectivamente, a

- a) negligência, imprudência e imperícia.
- b) imperícia, negligência e imprudência.
- c) imprudência, imperícia e negligência.
- d) imperícia, imprudência e negligência.
- e) negligência, imperícia e imprudência.

34-(FCC - 2009) Há tentativa punível quando o agente

- a) deu início à execução do delito que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade.
- b) cogitou da prática do delito.
- c) cogitou e decidiu praticar o delito.
- d) deu início ao delito que não se consumou pela própria vontade do agente.
- e) armou-se dos instrumentos necessários à prática da infração penal.

35-(FCC - 2009) A respeito da conduta, como elemento do fato típico, é correto afirmar que são relevantes para o Direito Penal

- a) as omissões humanas voluntárias.
- b) os atos de seres irracionais.
- c) o pensamento e a cogitação intelectual do delito.
- d) os atos realizados em estado de inconsciência.
- e) os atos produzidos pelas forças da natureza.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36-(FCC - 2013) O agente policial que comparecer em primeiro lugar ao local em que ocorreu crime de homicídio doloso deve

- a) reunir todos os objetos e instrumentos existentes no local em recipiente adequado, utilizando luvas para não afetar as eventuais impressões digitais e levá-los ao Instituto Médico Legal juntamente com o cadáver.
- b) remover o cadáver para o Instituto Médico Legal e delimitar a área com faixas de sinalização para impedir o acesso de terceiros.
- c) remover o cadáver para um hospital e apreender todos os objetos e instrumentos utilizados para a prática do crime, levando-os ao Instituto Médico Legal para exame.
- d) providenciar para que não se altere o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- e) fotografar o cadáver e as imediações do local em que foi encontrado e, em seguida, transportá-lo ao Instituto Médico Legal, cercando a área com faixas de sinalização para impedir o acesso de terceiros.

37-(FCC - 2012) O inquérito policial

- a) será presidido pelo escrivão, sob a orientação do Delegado de Polícia.
- b) só poderá ser iniciado através de requisição do Ministério Público ou do juiz.
- c) será acompanhado, quando concluído e remetido ao fórum, dos instrumentos do crime, bem como dos objetos que interessarem à prova.
- d) poderá ser arquivado pela autoridade policial ou pelo Ministério Público quando o fato não constituir crime.
- e) é indispensável para o oferecimento da denúncia, não podendo o Ministério Público dispensá-lo.

38-(FCC - 2012) Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

- a) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- b) o ofendido poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

- c) poderá ser iniciado, por requerimento do Ministério Público, nos crimes de ação penal privada.
- d) deverá ser encerrado em cinco dias, estando o indiciado preso.
- e) não pode ser iniciado de ofício, mesmo nos crimes de ação penal pública incondicionada.

39-(FCC - 2011) Arquivado o inquérito policial por despacho do juiz, a requerimento do Ministério Público, a ação penal

- a) só poderá ser instaurada com base em novas provas.
- b) só poderá ser instaurada se o pedido de arquivamento do Ministério Público tiver se baseado em prova falsa.
- c) não poderá mais ser instaurada por ter se exaurido a atividade de acusação.
- d) não poderá mais ser instaurada, pois implicaria revisão prejudicial ao acusado.
- e) só poderá ser instaurada se houver requisição do Procurador-Geral de Justiça.

40-(FCC - 2010) O inquérito policial

- a) deverá ser concluído no prazo de sessenta dias, se o indiciado estiver solto.
- b) somente poderá ser instaurado por requerimento do ofendido ou por requisição da Autoridade Judicial ou do Ministério Público.
- c) acompanhará a denúncia ou a queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- d) poderá ser arquivado por determinação da Autoridade Policial.
- e) deverá ser concluído no prazo de quinze dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante.

41-(FCC - 2009) O inquérito policial no caso de ação penal pública incondicionada

- a) Depende de requerimento da vítima.
- b) Pode ser instaurado de ofício.
- c) Depende de requisição do Ministério Público.

- d) Não pode ser instaurado pela prisão em flagrante delito.
- e) Depende de requisição do juiz.

42-(FCC - 2009) Instaurado inquérito policial por crime de ação pública, este poderá ser arquivado pelo

- a) Escrivão de Polícia, mediante ordem da autoridade policial.
- b) Juiz, após a manifestação do Ministério Público.
- c) Delegado de Polícia, mediante parecer do Ministério Público.
- d) Ministério Público, quando o fato não for criminoso.
- e) Delegado de Polícia, mediante requerimento escrito da vítima.

DIREITO TRIBUTÁRIO

43-(FCC - 2013) Lei de um determinado Estado-membro majorou a alíquota do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) entrando em vigor na data de sua publicação. É certo que referido tributo poderá ser cobrado,

- a) no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei, desde que decorridos 90 dias da publicação, já que o ITCMD observa a noventena e a anterioridade anual.
- b) no mesmo exercício financeiro ao da publicação da lei, mas antes de decorridos 90 dias já que o ITCMD não observa a noventena e a anterioridade anual..
- c) no mesmo exercício financeiro ao da publicação da lei e após decorridos 90 dias da publicação já que o ITCMD observa a noventena e é exceção à anterioridade anual..
- d) antes de decorridos 90 dias e no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei, já que o ITCMD é exceção à noventena, mas observa a anterioridade anual.
- e) após decorridos 90 dias e após dois exercícios financeiros ao da publicação da lei, já que o ITCMD observa a noventena e a anterioridade anual.

44-(FCC - 2010) À União NÃO é vedada competência para

- a) cobrar imposto, além de outros, sobre o patrimônio, a renda ou os serviços dos Estados e Municípios.
- b) cobrar imposto sobre o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.
- c) instituir imposto sobre a importação de produtos estrangeiros, tendo como fato gerador a entrada destes no território nacional.
- d) cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- e) estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

45-(FCC - 2014) Acerca do Imposto sobre Produtos Industrializados,

- a) por ter natureza extrafiscal, é exceção à legalidade, irretroatividade, anterioridades anual e nonagesimal.
- b) pode ser instituído ou majorado por ato do Poder Executivo, sendo exceção à regra da legalidade.
- c) é instituído por lei, mas tem as alíquotas incidentes sobre cada produto industrializado fixadas por ato do Poder Executivo, mais especificamente Decreto.
- d) é exceção à anterioridade nonagesimal, mas deve obediência à anterioridade anual.
- e) é exceção à anterioridade anual e nonagesimal.

46-(FCC - 2014) Em decorrência de imunidade tributária, o ICMS NÃO pode ser cobrado em relação

- a) à conferência de bens imóveis ao capital de sociedades, em aumento de capital.
- b) à venda de mercadorias tendo como destino partidos políticos, para aplicação direta na atividade política aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- c) a prestações de serviços de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de recepção livre e gratuita.
- d) à importação de bens na modalidade "importação por encomenda" realizadas em

favor de entidade religiosa (templo de qualquer culto).

- e) à prestação de serviço de provimento de acesso à internet, na modalidade "Serviço de Valor Adicionado".

47-(FCC - 2013) É uma das limitações constitucionais do poder de tributar:

a) A imunidade recíproca entre os Entes da Federação - União, Estados, Distrito Federal e Municípios que garante a isonomia na distribuição de receitas tributárias.

b) A imunidade aos impostos que gravem o patrimônio, a renda ou os serviços das entidades de assistência social, sem fins lucrativos, desde que não distribuam qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

c) O princípio da anualidade, vigente na atual ordem constitucional, que impõe a necessidade, para a cobrança de determinado tributo, de sua previsão na lei orçamentária aprovada na legislatura no ano calendário anterior, salvo as exceções constitucionalmente previstas.

d) A legalidade tributária estrita, incluída na Constituição Federal de 1988 pela Emenda Constitucional 42, de 19 de dezembro de 2003.

e) A imunidade aos impostos, taxas e contribuições de melhoria dos templos de qualquer culto.

48-(FCC - 2013) Quando da realização de transmissão de bens imóveis e direitos a ele referentes com a finalidade de integralização de capital social pelo sócio de empresa haverá

a) incidência de Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação - ITCMD, tal como acontece no caso de incorporação de empresa, relativamente aos bens imóveis.

b) imunidade em relação ao Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso - ITBI, tal como acontece quando na transmissão de bens imóveis na incorporação, fusão, extinção e cisão de pessoa jurídica.

c) isenção em relação ao Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso - ITBI, tal como acontece no caso de incorporação imobiliária.

d) *imunidade* em relação ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação - ITCMD,

tal como acontece no caso de Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso - ITBI no caso de cessão de direitos reais.

e) incidência de Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso - ITBI, tal como acontece no caso de incorporação imobiliária.

49-(FCC - 2013) A imunidade tributária

a) pode vir definida em lei ou na Constituição Federal, mas nunca em decreto.

b) para ser concedida depende de requerimento do interessado à autoridade administrativa competente.

c) pode ser criada por lei do ente competente para instituir o tributo, podendo ser em caráter geral ou em caráter específico.

d) é prevista na Constituição Federal, que fixa as hipóteses de incompetência para o ente instituir o tributo nas situações por ela definidas.

e) é prevista na Constituição Federal, mas sua aplicação depende sempre de despacho de autoridade administrativa fiscal competente que reconheça a não incidência.

50-(FCC - 2010) Considerando as regras constitucionais sobre tributação de uma empresa pública, é correto afirmar que terá

a) imunidade sobre tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com exploração de atividade econômica.

b) imunidade sobre impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com a prestação de serviços públicos essenciais.

c) o mesmo regime tributário dos entes federados.

d) isenção de tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com suas atividades essenciais.

e) terá isenção sobre tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com a prestação de serviços públicos essenciais.